

Santa Casa da Misericórdia de Mação

Demonstrações Financeiras e Anexo

2017



Handwritten signature and initials, including the word "Depois" written vertically.

Índice


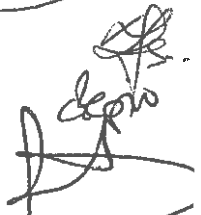

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	6
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	8

Anexo

1. Identificação da entidade	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
3. Principais políticas contabilísticas	11
4. Ativos fixos tangíveis.....	18
5. Bens do património histórico e cultural.....	20
6. Ativos Intangíveis.....	20
7. Investimentos Financeiros	21
8. Inventários.....	22
9. Créditos a receber.....	22
10. Estado e outros entes públicos.....	24
11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24
12. Diferimentos	25
13. Outros ativos correntes	25
14. Caixa e depósitos bancários.....	26
15. Fundos	26
16. Reservas.....	26
17. Resultados transitados.....	27
18. Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	27
19. Financiamentos obtidos.....	28
20. Fornecedores	28
21. Outros passivos correntes.....	28
22. Vendas e prestações de serviços	29
23. Subsídios à exploração.....	30
24. Custo das vendas	30
25. Fornecimentos e serviços externos	31
26. Gastos com o pessoal.....	32
27. Outros rendimentos.....	33
28. Outros gastos	33
29. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34
30. Resultados financeiros.....	34
31. Eventos subsequentes	34



af

depo

le


Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Balanço em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

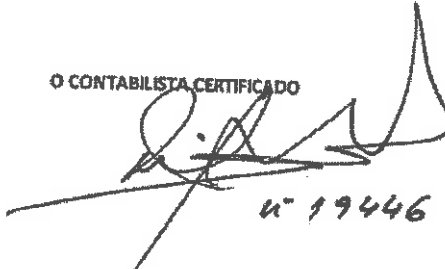
	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 040 876,66	1 969 335,74
Bens do património histórico e cultural	5	33 612,53	33 612,53
Ativos Intangíveis	6	0,00	2 583,00
Investimentos financeiros	7	3 639,84	2 605,10
Total dos ativos não correntes		2 078 129,03	2 008 136,37
Corrente			
Inventários	8	4 385,32	8 580,82
Créditos a receber	9	91 776,15	146 603,92
Estado e outros entes públicos	10	16 834,68	23 959,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc./membros	11	2 283,00	2 184,00
Diferimentos	12	8 639,71	8 366,54
Outros ativos correntes	13	14 093,10	698,77
Caixa e depósitos bancários	14	423 996,14	393 037,19
Total dos ativos correntes		562 008,10	583 431,21
Total do Ativo		2 640 137,13	2 591 567,58
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	410 804,70	410 804,70
Reservas	16	5 544,15	5 544,15
Resultados transitados	17	1 005 488,09	928 320,04
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	18	753 335,92	779 113,71
Resultado líquido do período		38 351,17	77 168,05
Total do Capital Próprio		2 213 524,03	2 200 950,65
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	19	120 192,37	139 422,33
Total dos Passivos Não Correntes		120 192,37	139 422,33
Corrente			
Fornecedores	20	37 655,15	31 830,33
Estado e outros entes públicos	10	36 300,40	24 628,82
Financiamentos obtidos	19	19 230,76	19 231,56
Outros passivos correntes	21	213 234,42	175 503,89
Total dos Passivos Correntes		306 420,73	251 194,60
Total do Passivo		426 613,10	390 616,93
Total do Capital Próprio e do Passivo		2 640 137,13	2 591 567,58

O anexo faz parte integrante do balanço para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Mação, 19 de Março de 2018

A MESA ADMINISTRATIVA

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 n.º 19446



Demonstração dos Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Vendas e serviços prestados	22	809 693,30	755 230,03
Subsídios, doações e legados à exploração	23	615 316,74	651 358,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	-157 608,45	-159 086,31
Fornecimentos e serviços externos	25	-193 837,63	-202 386,88
Gastos com o pessoal	26	-1 090 364,35	-1 012 224,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-78 406,03	0,00
Outros rendimentos	18; 27	265 851,13	148 309,41
Outros gastos	28	-7 325,24	-5 638,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		163 319,47	175 561,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-122 850,61	-96 284,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		40 468,86	79 276,44
Juros e rendimentos similares obtidos	30	836,42	1 304,17
Juros e gastos similares suportados	30	-2 954,11	-3 412,56
Resultado antes de impostos		38 351,17	77 168,05
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		38 351,17	77 168,05

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Mação, 19 de Março de 2018

A MESA ADMINISTRATIVA

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Handwritten signature]
 Rui Manuel Batista Silva
 Presidente do Conselho de Administração

[Handwritten signature]
 n.º 19446

[Handwritten text]
 Cach. fac. de Ciências da Região
 do Sul
 Luís Miguel Marques

Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período de 2016	1	410 804,70	5 544,15	753 707,58	805 817,58	174 612,46	2 150 486,47
Alterações no período:							
Outras variações	2	0,00	0,00	174 612,46	0,00	-174 612,46	0,00
Reavaliação líquida no período	3	0,00	0,00	174 612,46	0,00	-174 612,46	0,00
Distribuição integral	4=2+3						
Operações com instituições no período	5	0,00	0,00	0,00	-26 703,87	0,00	-26 703,87
Outras operações		0,00	0,00	0,00	-26 703,87	0,00	-26 703,87
Posição no fim do período de 2016	= 1+2+3+5	410 804,70	5 544,15	928 320,04	779 113,71	77 168,05	2 200 950,65

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Mação, 19 de Março de 2018

A MES-ADMINISTRATIVA

[Handwritten signature]
 Rui Manuel Galvão da Silva

[Handwritten signature]
 Carlos José Sousa Neto
 Canteiro de obras e obras p/par

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Handwritten signature]
 n.º 19446

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

	31.Dez.17	31.Dez.16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	786 115,04	737 644,35
Pagamentos a fornecedores	-341 425,76	-353 344,94
Pagamentos ao pessoal	-1 090 364,35	-1 012 224,80
Caixa gerada pelas operações	<u>-645 675,07</u>	<u>-627 925,39</u>
Outros recebimentos/pagamentos	870 703,91	730 263,37
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	<u>225 028,84</u>	<u>102 337,98</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-175 545,61	-258 903,72
Investimentos financeiros	-1 034,74	-540,62
	<u>-176 580,35</u>	<u>-259 444,34</u>
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos	550,00	1 600,00
Juros e rendimentos similares	4 145,52	1 304,17
	<u>4 695,52</u>	<u>2 904,17</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	<u>-171 884,83</u>	<u>-256 540,17</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-19 230,76	-19 230,76
Juros e gastos similares	-2 954,30	-3 850,24
	<u>-22 185,06</u>	<u>-23 081,00</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	<u>-22 185,06</u>	<u>-23 081,00</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	30 958,95	-177 283,19
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	393 037,19	570 320,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>423 996,14</u>	<u>393 037,19</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Mação, 19 de Março de 2018

A MESA ADMINISTRATIVA

Isabel do Iório Lopes
Luís Manuel Galvão da Silva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Assinatura]
 619446

Luís Manuel Galvão da Silva

Santa Casa da Misericórdia de Mação

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Mação é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social.

As valências que fazem parte da Instituição na prossecução do objeto social são o Lar, Novo Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Centro de Alojamento Temporário, Unidade de Apoio Integrado, Creche, Centro de Atividades dos Tempos Livres, Programa de Intervenção Precoce, Cantinas Sociais e Programa Operacional de apoio a pessoas mais carenciadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e foram objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, no que diz respeito aos modelos de demonstrações financeiras neles previstos.

Os Decretos referidos dizem que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho.

b) Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim, como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação estão apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural que não são objeto de depreciação e são apresentados no Balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidades acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	3-6

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam

diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos Intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida devem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.5. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado. Em 2017, com a utilização de software de stocks, por exigência da SCMM passaram a utilizar o sistema de Inventário Permanente, o custo médio ponderado passou a ser o método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

No caso dos inventários adquiridos a título gratuito os mesmos são valorizados pela quantia que a Entidade teria que pagar para comprar inventários equivalentes.

3.7. Cientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo Corrente".

3.9. Provisões

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo devem ser capitalizados.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2. e 3.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	23 979,07	0,00	0,00	23 979,07
Edifícios e outras construções	2 331 120,72	145 375,60	181 686,56	2 658 182,88
Equipamento básico	626 095,95	38 154,21	0,00	664 250,16
Equipamento de transporte	148 094,55	0,00	0,00	148 094,55
Equipamento administrativo	130 573,77	1 158,65	0,00	131 732,42
Outros activos fixos tangíveis	152 532,11	7 088,92	0,00	159 621,03
Investimentos em curso	195 702,30	0,00	-179 103,56	16 598,74
	3 608 098,47	191 777,38	0,00	3 802 458,85
Amortizações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	728 863,24	64 829,43	-31,15	793 661,52
Equipamento básico	529 309,63	45 236,07	0,00	574 545,70
Equipamento de transporte	130 791,08	4 429,49	0,00	135 220,57
Equipamento administrativo	124 878,00	1 399,80	0,00	126 277,80
Outros activos fixos tangíveis	124 920,78	6 955,82	0,00	131 876,60
	1 638 762,73	122 850,61	0,00	1 761 582,19
Perdas por imparidade acumuladas				
	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Líquido				
Terrenos e recursos naturais	23 979,07			23 979,07
Edifícios e outras construções	1 602 257,48			1 864 521,36
Equipamento básico	96 786,32			89 704,46
Equipamento de transporte	17 303,47			12 873,98
Equipamento administrativo	5 695,77			5 454,62
Outros activos fixos tangíveis	27 611,33			27 744,43
Investimentos em curso	195 702,30			16 598,74
	1 969 335,74		0,00	2 040 876,66

A obra de ampliação do Lar entrou em funcionamento em 2017, que originou a transferência para Ativos Fixos Tangíveis (Edifícios).

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia da Mação

	31 de Dezembro de 2016			Saldo em 31-Dez-16
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	23 996,06	0,00	-16,99	23 979,07
Edifícios e outras construções	2 336 401,60	0,00	-5 280,88	2 331 120,72
Equipamento básico	576 960,85	49 135,10	0,00	626 095,95
Equipamento de transporte	128 019,55	20 075,00	0,00	148 094,55
Equipamento administrativo	129 883,97	689,80	0,00	130 573,77
Outros activos fixos tangíveis	148 413,13	4 118,98	0,00	152 532,11
Investimentos em curso	0,00	195 702,30	0,00	195 702,30
	3 343 675,16	269 721,18	-5 297,87	3 608 098,47
Amortizações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	680 623,55	48 477,32	-237,63	728 863,24
Equipamento básico	497 290,86	32 018,77	0,00	529 309,63
Equipamento de transporte	126 361,59	4 429,49	0,00	130 791,08
Equipamento administrativo	123 545,95	1 332,05	0,00	124 878,00
Outros activos fixos tangíveis	114 893,67	10 027,11	0,00	124 920,78
	1 542 715,62	96 284,74	-237,63	1 638 762,73
Perdas por imparidade acumuladas				
	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Líquido				
Edifícios e outras construções	23 996,06			23 979,07
Edifícios e outras construções	1 655 778,05			1 602 257,48
Equipamento básico	79 669,99			96 786,32
Equipamento de transporte	1 657,96			17 303,47
Equipamento administrativo	6 338,02			5 695,77
Outros activos fixos tangíveis	33 519,46			27 611,33
Investimentos em curso	0,00			195 702,30
	1 800 959,54			1 969 335,74

[Handwritten signatures and initials]

5. Bens do património histórico e cultural

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nesta rubrica, foi o que se segue:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Saldo em 01-Jan-17	Saldo em 31-Dez-17	Saldo em 01-Jan-16	Saldo em 31-Dez-16
Bens do património histórico e cultural:				
Igreja	33 612,53	33 612,53	33 612,53	33 612,53
	33 612,53	33 612,53	33 612,53	33 612,53

6. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Saldo em 01-Jan-17	Saldo em 31-Dez-17	Saldo em 01-Jan-16	Saldo em 31-Dez-16
Ativos Intangíveis em Curso:				
Projeto de arquitetura - Obra UAI	2 583,00	0,00	2 583,00	2 583,00
	2 583,00	0,00	2 583,00	2 583,00

A obra de ampliação do Lar entrou em funcionamento em 2017, que originou a transferência do projeto para Ativos Fixos Tangíveis (Edifícios).

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

7. Investimentos financeiros

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no valor em Investimentos Financeiros, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017		
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-17
Não correntes			
TVI	24,94	0,00	24,94
CCAM	99,76	0,00	99,76
Outras Empresas	5,00	0,00	5,00
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	869,49	1 034,74	1 904,23
FRSS - Fundo Reestruturação do Setor Solidário	1 605,91	0,00	1 605,91
	2 605,10	1 034,74	3 639,84

	31 de Dezembro de 2016		
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-16
Não correntes			
TVI	24,94	0,00	24,94
CCAM	99,76	0,00	99,76
Outras Empresas	5,00	0,00	5,00
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	328,87	540,62	869,49
FRSS - Fundo Reestruturação do Setor Solidário	1 605,91	0,00	1 605,91
	2 064,48	540,62	2 605,10

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Saldo em 01-Jan-17	Saldo em 31-Dez-17	Saldo em 01-Jan-16	Saldo em 31-Dez-16
Materias primas subsidiárias e de consumo	8 580,82	4 385,32	9 172,51	8 580,82
	8 580,82	4 385,32	9 172,51	8 580,82
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00
	8 580,82	4 385,32	9 172,51	8 580,82

9. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Corrente		Corrente	
Créditos a receber	170 182,18	100%	146 603,92	100%
Clientes	19 841,76	12%	10 581,75	7%
Utentes	71 934,39	42%	136 022,17	93%
Cobrança Duvidosa	78 406,03	46%	0,00	0%
Perdas por imparidade acumuladas	78 406,03		0,00	
	91 776,15		146 603,92	

	31-dez-17	31-dez-16
Perdas por imparidades		
Saldo a 1 de Janeiro	0,00	0,00
Aumento	78 406,03	0,00
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
	78 406,03	0,00

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

Detalhe das Perdas por Imparidade Acumuladas a 31 de Dezembro de 2017

Clientes:			
António Alves		23,74	
		<u>23,74</u>	
Utentes Lar:			
Ricardo António Gonçalves		374,98	
Maria do Céu Gomes Diogo da Chica		178,30	
Dulcílina Farias Canas Montelro		90,66	
Arminda M. Igreja		1 352,49	
Vitor Marques Santos		1 025,00	
Ana Paula Marques Santos		250,00	
Maria Rosa Tavares Silva		50,00	
Pedro Marques Santos		50,00	
Fernando P. Marques Santos		25,00	
Luís Manuel Marques Santos		275,00	
Antonio Marques Filipe		9 470,01	
Ana Costa Heitor		1 392,65	
Susana Heitor Saramago		93,39	
Maria de Fátima heitor Saramago Mateus		93,39	
Maria Céu Heitor Saramago		93,37	
Manuel Luis Saramago Gaspar		3 684,07	
Susana Heitor Saramago		7,56	
Maria de Fátima Heitor Saramago Mateus		7,60	
Maria céu Heitor Saramago		7,60	
Maria Helena		1 068,13	
Albina Colaço Viegas		176,15	
Lucinda Francisca		11 364,51	
Maria Isilda Neves Luís		12,60	
Manuel António Pires Maia		63,18	
Maria Rosa		19 537,74	
Maria Miquelina Roxô		346,93	
Maria Luisa Paulo		25 626,65	
António José da Silva Alexandre		453,16	
		<u>77 180,12</u>	
Utentes do Jardim Infância:			
Micael Alexandre Costa Silva		34,00	
João Rafael Saianda Carpinteiro		76,00	
Matilde Morgado Porto		276,50	
Verónica Maria Ferreira da Silva		34,25	
Leonardo Filipe Navalho Marques		427,68	
Margarida Constâncio Bernardo		92,46	
João Pedro Alves Lopes		190,00	
Luna Isabela Camera Ansseris		71,28	
		<u>1 202,17</u>	
		<u>78 406,03</u>	

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-17	31-dez-16
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	16 834,68	23 959,97
	<u>16 834,68</u>	<u>23 959,97</u>
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	10 459,54	2 543,30
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	3 249,50	2 710,50
Contribuições para a Segurança Social	22 591,36	19 375,02
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>36 300,40</u>	<u>24 628,82</u>

11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
	Corrente	Corrente
Quotas	2 283,00	2 184,00
	<u>2 283,00</u>	<u>2 184,00</u>

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Ativo		
Seguros pagos antecipadamente	8 639,71	8 366,54
	<u>8 639,71</u>	<u>8 366,54</u>

13. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outros ativos correntes" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Corrente		Corrente	
	14 093,10	100%	698,77	100%
Devedores por acréscimos de rendimentos	373,27	3%	698,77	100%
Outros devedores	13 719,83	97%	0,00	0%

14. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como se indica:

	31-dez-17	31-dez-16
Caixa		
Numerário	376,44	91,71
	<u>376,44</u>	<u>91,71</u>
Depósitos à ordem		
Caixa Geral Depósitos	39 151,14	40 493,74
Novo Banco	18 825,23	19 184,33
CCAM	35 643,33	8 267,35
BCP	0,00	0,06
	<u>93 619,70</u>	<u>67 945,48</u>
Depósitos a prazo		
Novo Banco	330 000,00	325 000,00
	<u>330 000,00</u>	<u>325 000,00</u>
	<u>423 996,14</u>	<u>393 037,19</u>

15. Fundos

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor dos fundos ascendiam a 410.804,70 euros, não tendo havido qualquer oscilação em relação a 2016.

16. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor das Reservas era de 5.544,15 euros, não tendo havido qualquer alteração em relação a 2016.

17. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 28 de março de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 com um resultado líquido, positivo, no valor de setenta e sete mil cento e sessenta e oito euros e cinco cêntimos. O Resultado foi integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados.

	31 de Dezembro de 2017		
	Saldo em 01-Jan-17	Varição	Saldo em 31-Dez-17
Resultados transitados	928 320,04	77 168,05	1 005 488,09

18. Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	31 de Dezembro de 2017		
	Saldo em 31-Dez-16	Varição	Saldo em 31-Dez-17
Subsídios	586 645,37	-25 777,79	560 867,58
Doações	192 468,34	0,00	192 468,34
	779 113,71	-25 777,79	753 335,92

Descrição do Subsídio	Período Anterior	Rendimentos no Período	Valor Atual
PIDDAC	203 653,42	7 152,68	196 500,74
POEFDS - Obra CATEI	40 338,13	1 061,53	39 276,60
PIDDAC Igreja M. Mação	19 475,82	499,38	18 976,44
FSS - Creche	23 044,41	698,32	22 346,09
FEDER - CATEI	58 914,48	1 592,28	57 322,20
CLDS "Aproximação" Jogos Sociais	9 000,00	3 000,00	6 000,00
MASES	12 596,01	3 415,06	9 180,95
Outros	26 935,17	1 346,75	25 588,42
Pinhal Maior - Capela	15 355,33	3 071,06	12 284,27
Lar Residencial PRODER	177 332,60	3 940,73	173 391,87
	586 645,37	25 777,79	560 867,58

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

19. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários				
Novo Banco	120 192,37	19 230,76	139 422,33	19 231,56

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Corrente		Corrente	
Fornecedores	37 655,15	100%	31 830,33	100%

21. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outros passivos correntes" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Corrente		Corrente	
Fornecedores de investimentos	213 234,42	100%	175 503,89	100%
Credores por acréscimos de gastos	23 980,38	11%	7 717,46	4%
Outras contas a pagar	159 059,07	75%	147 574,37	84%
	30 194,97	14%	20 212,06	12%

Anexo às Demonstrações Financeiras de Santa Casa da Misericórdia de Macão

Credores por Acréscimos de Gastos	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Remunerações a Liquidar	155 830,06	144 291,54
Juros a Liquidar	673,88	790,55
Electricidade	1 787,92	2 304,28
Comunicação	301,72	188,00
Outros Acréscimos de Custos	465,49	0,00
	<u>159 059,07</u>	<u>147 574,37</u>

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

22. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Vendas		
Mercadorias	2 013,45	3 046,72
Produtos acabados e intermédios	1 013,45	296,72
	1 000,00	2 750,00
Prestações de serviços		
Quotas dos utilizadores	813 317,94	756 191,27
Quotizações e jóias	811 695,44	754 547,77
	1 622,50	1 643,50
Descontos e abatimentos		
	5 638,09	4 007,96
	<u>809 693,30</u>	<u>755 230,03</u>

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

23. Subsídios à exploração

No período de 2017 e 2016 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Subsídios à Exploração	Entidade Financiadora	31-dez-17	31-dez-16
Unidade de Apoio Integrado	Segurança Social	15 856,23	63 424,92
Intervenção Precoce	Segurança Social	51 040,80	49 989,60
Creche	Segurança Social	108 742,20	98 415,04
Centro Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos	Segurança Social	34 132,32	34 132,32
ATL	Segurança Social	10 467,51	8 429,88
Serviço Apoio Domiciliário	Segurança Social	137 646,00	136 115,58
Lar para Idosos da SCMM	Segurança Social	179 956,80	176 256,00
Centro de Dia	Segurança Social	19 927,80	19 408,97
Lar para Idosos do Antigo Centro de Saúde	Segurança Social	52 510,53	52 509,60
Cantinas Sociais	Outras	3 892,50	11 442,50
Contrato Emprego-Inserção	IEFP	1 144,05	605,27
Medida Estímulo Emprego	IEFP	0,00	628,83
		615 316,74	651 358,51

24. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, é detalhado como segue:

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial em 1 de Janeiro (1)	8 580,82	9 172,51
Regularizações (1)	0,00	0,00
Compras (1)	153 412,95	158 494,62
Saldo final em 31 de Dezembro (2)	4 385,32	8 580,82
Custo das vendas (1-2)	157 608,45	159 086,31

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

25. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-dez-17	31-dez-16
Serviços especializados	37 104,84	40 973,81
Trabalhos especializados	8 664,20	6 863,22
Honorários	7 713,39	8 601,00
Conservação e reparação	19 503,96	24 134,04
Outros	1 223,29	1 375,55
Materiais	20 066,48	20 761,04
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 076,89	7 768,88
Material de escritório	2 993,49	2 282,98
Artigos para oferta	1 465,85	783,20
Outros	9 530,25	9 925,98
Energia e fluidos	73 469,63	77 993,03
Electricidade	38 851,99	44 416,60
Combustíveis	34 462,88	33 370,56
Outros	154,76	205,87
Deslocações, estadas e transportes	2 058,17	2 343,79
Deslocações e estadas	600,91	701,70
Transportes de mercadorias	526,07	796,04
Outros	931,19	846,05
Serviços diversos	61 138,51	60 315,21
Comunicação	7 267,11	6 601,29
Seguros	4 482,37	4 900,80
Contencioso e notariado	390,90	1 117,00
Limpeza, higiene e conforto	46 974,35	45 906,07
Outros	2 023,78	1 790,05
	193 837,63	202 386,88

26. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Gastos com o pessoal	31-dez-17	31-dez-16
Remunerações do pessoal	874 304,55	824 412,07
Ordenado base	690 473,37	647 905,91
Subsídio de férias	69 025,65	62 770,44
Subsídio de natal	60 190,18	56 032,81
Ordenado base/hora	12 507,52	10 025,65
Subsídio de Turno 25%	31 102,49	29 396,89
Indemnização por Cessação de Contrato	0,00	8 250,00
Outras	11 005,34	10 030,37
Encargos sobre remunerações	194 117,30	178 230,23
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	10 222,00	7 853,50
Outros gastos com o pessoal	11 720,50	1 729,00
	1 090 364,35	1 012 224,80

Em 31 de Dezembro de 2017 a SCMM possuía 85 colaboradores com contratos sem termo e 19 com contrato a termo. Por sua vez, em 31 de Dezembro de 2016 a SCMM possuía 84 colaboradores com contrato sem termo e 16 com contrato com termo.

O aumento de gastos com o pessoal está influenciado pelo aumento do salário mínimo nacional.

27. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como se indica:

Outros rendimentos e ganhos	31-dez-17	31-dez-16
Rendimentos suplementares	167 935,42	107 636,38
Reembolso de Despesas com Utentes	27 545,06	27 294,62
Refeições	137 180,35	76 871,70
Transporte	1 105,01	1 495,06
Inscrições de Utentes	1 975,00	1 975,00
Outros	130,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	550,00	1 600,00
Imputação de subsídios para investimentos	25 777,79	26 703,87
Outros	71 587,92	12 369,16
	265 851,13	148 309,41

28. Outros gastos

Os valores da rubrica "outros gastos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como se segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Impostos	1 184,47	435,99
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	1 960,24
Outros juros suportados	0,00	437,68
Outros gastos e perdas	6 140,58	2 804,87
	7 325,05	5 638,78

29. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

Gastos de depreciações e de amortização	31-dez-17	31-dez-16
Ativos Fixos Tangíveis	122 850,61	96 284,74
Edifícios e outras construções	64 829,43	48 477,32
Equipamento básico	45 236,07	32 018,77
Equipamento de transporte	4 429,49	4 429,49
Equipamento administrativo	1 399,80	1 332,05
Outros	6 955,82	10 027,11

30. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos	836,42	1 304,17
Juros e gastos similares suportados	2 954,11	3 412,56
Resultados financeiros	-2 117,69	-2 108,39


31. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

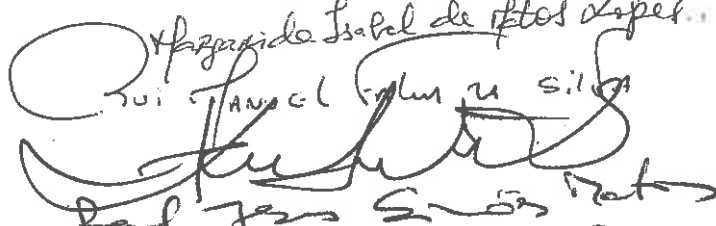
Mação, 19 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



n.º 19446

A MESA ADMINISTRATIVA



Isabel de Jesus Lopes
Luís Manuel Gomes da Silva
Paulo José Sousa
Cristina de Oliveira Lopes
Luís Miguel Gomes